

# Sinpro Mulher

Ano III - Edição 03 - Junho de 2016 - [www.sinprodf.org.br](http://www.sinprodf.org.br)

**SINPRO**  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DO DISTRITO FEDERAL

Filial do  
CUT  
DF  
37  
CUT  
CNE

Internacional  
da Educação

“UMA SOBE E PUXA A OUTRA”



*Diretoras do Sinpro Gestão 2013-2016*



Uma iniciativa da SECRETARIA DE  
ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA AS  
MULHERES EDUCADORAS do

Toda construção das políticas de gênero no Sinpro, até mesmo esta revista, passam por debates no **Coletivo de Mulheres Educadoras.**

Entre em contato com a Secretaria para Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras  
(61) 3343 4206 ou pelo site [www.sinprodf.org.br](http://www.sinprodf.org.br)

## SUMÁRIO

Editorial .....	5
Mulheres pretas em marcha nas ruas de Brasília .....	6
A violência contra indígenas, ontem e hoje .....	9
Artigo – Mulheres transformam a educação e o mundo .....	13
O golpe de Estado e o voto feminino .....	14
Entrevista – Querem nos transformar em “belas, recatadas e do lar” ....	17
Dicas pedagógicas.....	19
Aposentadas sim. Inativas, nunca!.....	20
Formação sindical de gênero: um desafio imprescindível .....	23
Enfrentamento da violência de gênero na internet .....	26
Tempo de comemorar 10 anos da Secretaria de Mulheres.....	29
Estado laico: um caminho para a paz social.....	32
Crônica – Tempo para si.....	34

## EXPEDIENTE

Coordenação editorial:  
Secretaria de Mulheres Educadoras  
Eliceuda França, Neliane Maria, Vilmara Carmo

Secretaria de Imprensa:  
Cláudio Antunes, Cleber Soares e Samuel Fernandes

Coordenação de reportagem, texto final e edição:  
Carla Lisboa

Reportagem:  
André Barreto, Carla Lisboa, Luis Ricardo Machado,  
Tomaz Alvarenga

Projeto gráfico e diagramação:  
Samuel de Paula

Ilustrações: Joyce, Lisarb e NeMaria

Capa:  
Produzida por Samuel de Paula a partir de uma  
fotografia de Deva Garcia, tirada durante a I Marcha  
das Mulheres Negras, em Brasília, em novembro de  
2015. A foto é da atriz Verônica da Costa de Paula.

Fotografias:  
Deva Garcia, ECOM, Agência Brasil  
e Arquivo Sinpro-DF

Tiragem:  
20.000 exemplares

Gráfica:  
Palavra Comunicação (61) 3344 1599

## DIRETORIA COLEGIADA DO SINPRO - TRIÊNIO 2013-2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO  
Carlos Cirane – Coordenador  
Cláudia Bullos  
Washington Dourado

SECRETARIA DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS  
Isabel Portuguez de S. Felipe – *In memoriam*  
Sílvia Canabrava – Coordenadora  
Francisco Raimundo (Chicão)

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS  
Marco Aurélio G. Rodrigues – Coordenador  
Elaine Amâncio Ribeiro  
Jairo Mendonça

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS E ESTUDOS  
SOCIOECONÔMICOS  
Dimas Rocha – Coordenador  
Ilson Veloso Bernardo  
Cássio de Oliveira Campos

SECRETARIA PARA ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA AS MULHERES  
EDUCADORAS  
Eliceuda Silva França – Coordenadora  
Neliane Maria da Cunha  
Vilmara Pereira do Carmo

SECRETARIA DE FINANÇAS  
Rosilene Corrêa – Coordenadora  
Luiz Alberto Gomes Miguel  
Geraldo Benedito Ferreira

SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL  
Nilza Cristina G. dos Santos – Coordenadora  
Magnete Guimarães (Meg)  
Fátima de Almeida Moraes

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO  
Cláudio Antunes Correia – Coordenador  
Cleber Ribeiro Soares  
Samuel Fernandes

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DE RAÇA E SEXUALIDADE  
Wiviane Farkas – Coordenadora  
Jucimeire Barbosa (Meire)  
Delzair Amancio da Silva

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DE SAÚDE DO TRABALHADOR  
Maria José Correia Muniz – Coordenadora  
Manoel Alves da Silva Filho  
Gilza Lúcia Camilo Ricardo

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA  
Julio Barros – Coordenador  
Luciana Custódio  
Francisco Assis de S. Lucena

SECRETARIA DE POLÍTICA EDUCACIONAL  
Berenice D'arc Jacinto – Coordenadora  
Fernando Reis  
Regina Célia T. Pinheiro

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS  
Gabriel Magno – Coordenador  
Iolanda Rodrigues Rocha  
Polyelton de Oliveira Lima

CONSELHO FISCAL  
Gardênia Lopes dos Santos  
Maria Cristina Sant'ana Cardoso  
Jailson Pereira Sousa  
Marcos Alves Pires  
Regina Márcia de Assis Santos

# EDITORIAL

**Por Eliceuda França**

*Coordenadora da Secretaria para Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras do Sinpro-DF*



*“Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga, não atíça o formigueiro  
Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga, não atíça o formigueiro...”*



**N**uma conjuntura de golpe em curso, que tenta desmontar a educação pública, negar o debate de gênero e impor fundamentalismos nas escolas, é preciso celebrarmos a democracia, os direitos, a diversidade e a laicidade de forma a empoderar as mulheres de todas as raças e credos que não se cansam nunca de lutar.

Neste terceiro número da revista Sinpro Mulher extrapolamos os limites do sindicato e da escola e, numa atuação extramuros, trazemos nossa participação e reflexão sobre protestos feministas, como a I Marcha das Mulheres Negras e a Marcha das Margaridas, bem como em outros protestos, como o Rosas pela Democracia, uma marcha feminista, criada por mulheres do Distrito Federal, contra o golpe de Estado em curso no Brasil.

Apresentamos um pingue-pongue no qual analisamos os prejuízos que esse Parlamento conservador traz para a educação pública ao tentar aprovar um projeto de ultradireita e privatista intitulado “Escola sem Partido”, o qual fundamenta todas as leis da mordaza em tramitação nos Poderes Legislativos federal, estadual e municipal.

O prejuízo repercute também no Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Distrital de Educação (PDE), quando esse mesmo Parlamento retira a perspectiva de gênero e diversidade, desvirtuando seu conceito e aplicação na educação com o objetivo de enganar a população.

Sempre com o viés de gênero e a preocupação pedagógica, apresentamos os prejuízos do golpe de Estado em curso no Brasil com matérias

sobre a reforma da Previdência e o impacto dela na carreira do magistério público, bem como a importância do voto feminino nessa conjuntura.

Trazemos o tema do enfrentamento da violência no mundo virtual, com velhas violências travestidas com novas roupagens. No mesmo sentido, apresentamos o extermínio no campo de povos indígenas promovido por sucessivos governos nas Terras Indígenas para entregá-las ao agronegócio.

Alertamos que, para o enfrentamento de todas essas violências, é preciso formação pedagógica e sindical. Apresentamos o Sinpro-DF como um instrumento de luta e espaço legítimo de formação e empoderamento.

Aproveitamos este número para comemorar os 10 anos da Secretaria para Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras e reafirmamos a nossa disposição para continuarmos a luta e, como gritavam as mulheres negras, na Marcha, “uma sobe e puxa a outra”. Boa leitura!



# MULHERES PRETAS EM MARCHA NAS RUAS DE BRASÍLIA

*Mais de 100 mil mulheres participaram da I Marcha das Mulheres Negras, em novembro de 2015. Empoderamento ganha força e adesão, mas ainda falta muito para alcançar o bem viver*

Por Carla Lisboa

“Uma amiga me convidou no dia da viagem. Disse sim e arrumei minhas coisas e as da cria em menos de 1h. Precisava estar lá com ele. Mulheres pretas gritando por direitos e em marcha nas ruas de Brasília?! Precisava ver com meus próprios olhos, gritar com minha própria voz, somando-me àquele mar de deusas: uma onda preta e barulhenta lavando aquele lugar”, conta a atriz Verônica da Costa de Paula.

A atriz carioca foi fotografada durante a I Marcha das Mulheres Negras, em 2015, e

sua foto ganhou o mundo como imagem-símbolo da mulher negra brasileira. No rosto, a expressão do protesto. O braço erguido chancelava a mensagem do rosto. O outro braço sustentava o pequeno Théó, que repousava em seu colo e amamentava calmamente.

“Eu precisava gritar pela minha mãe, tias, primas; pelas pretas da restinga; por minhas vizinhas. Mulheres pretas do meu convívio que sofrem caladas racismo e machismo. Que sofrem agressões verbais e até físicas e não têm forças pra gritar. Pode parecer muita pretensão minha achar que a voz de todas elas cabem na

Atriz Verônica da Costa de Paula (foto da capa): “Precisava ver com meus próprios olhos, gritar com minha própria voz, somando-me àquele mar de deusas”





*Professora Nádia, da EC 13, de Taguatinga, com o Projeto Diáspora, afirma que “a África está em nós e nós estamos na África”*

minha garganta, mas eu precisava pagar pra ver, gritar pra ouvir”, afirma.

Ela marchou com mais de 50 mil mulheres, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, em 18 de novembro de 2015, contra o racismo e a violência e em defesa do bem viver. Foi um ato público gigantesco, porém, muito menor do que o tamanho das demandas das mulheres negras brasileiras, geralmente, excluídas de quase todos os direitos.

Nádia Rodrigues, professora na Escola Classe 13, em Taguatinga, conta que começou a marchar quando “enegreci e me descolonizei da sociedade racista e assumi os cabelos crespos: doeu, mas a melhor coisa que me aconteceu foi o enegrecer. Libertei-me das lisuras impostas e compreendi o significado de ser negra”, declara.

Graduada em geografia, mas apaixonada por alfabetização, ela ficou entre as finalistas do Prêmio Professoras do Brasil, em 2008, com o trabalho intitulado “A África está em nós e nós estamos na África”. Ela diz que “a sala de aula passou a ser meu lugar das marchas. A cada ano, com um grupo de crianças, pude ensiná-las a marchar, especialmente as meninas negras”.

### **EM DEFESA DO BEM VIVER**

A I Marcha das Mulheres Negras foi pensada para promover as lutas e simbolizou a capacidade das mulheres negras de se

organizar. Elas se irmanaram com negras do mundo vítimas do racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras discriminações. Se inspiraram no legado atávico da sua ancestralidade para reivindicarem o bem viver.

Exigiram o fim de toda a forma de discriminação e violência, como o fim do genocídio dos jovens negros e da mortalidade materna por causa do mal atendimento na saúde. Pediram o fim do atual modelo de segurança pública, cujos operadores decidem quem deve viver e morrer perante a omissão do Estado e da sociedade. Pleitearam o direito à terra, ao território, à moradia e à justiça ambiental. Defenderam os bens comuns e a não mercantilização da vida, o direito à seguridade social, à educação e à justiça.

“Temos muitas bandeiras importantes. Queremos uma maior participação efetiva na vida pública e isso significa lutarmos para termos mais concursos públicos que tenham cotas e que essas cotas sejam observadas do ponto de vista da participação das mulheres negras”, afirma Iêda Leal, uma das organizadoras da marcha, professora da rede estadual de ensino de Goiás e vice-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego).

Secretária de Combate ao Racismo na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Iêda destaca a luta pelo fim do desrespeito à religião e a garantia da



*1 Marcha das Mulheres Negras contra o racismo e a violência e pelo bem viver, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, no dia 18 de novembro de 2015*

reprodução de práticas ancestrais de matriz africana. “Isso significa que queremos um Estado laico, que precisa ser, de fato, uma situação em que a gente possa viver e ter respeito por todas as religiões presentes na nossa cultura”, afirma.

## DOSSIÊ MULHERES NEGRAS

*O Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, de 2013, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a ONU Mulheres, apresenta indicadores que apontam para as distâncias que separam homens e mulheres e negros e brancos em vários contextos das relações sociais e da violência. Afirma que houve melhora na renda per capita e que beneficiou a população negra.*

Em 1995, as mulheres negras ganhavam cerca de 40% do que recebiam as brancas, em 2009, chegaram a 51%. Mas a estrutura da desigualdade permanece inalterada. “Entre 1995 e 2009, as famílias chefiadas por negras mantiveram-se na posição de piores rendimentos”, constata o *Dossiê*.

## INTERSECCIONALIDADE

O princípio da interseccionalidade é indicado, no *Dossiê*, como parâmetro para estudos e criação de políticas de erradicação das desigualdades sociais. O princípio da interseccionalidade “trata da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de

mulheres, raças, etnias, classes e outras”.

Criado por Kimberlé Crenshaw, uma professora de direito na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), especializada em gênero e raça, o princípio da interseccionalidade aborda a forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Essa compreensão levou o Estado brasileiro a firmar o compromisso de executar o enfrentamento integrado do racismo, sexismo e lesbofobia por meio do Plano Nacional de Política para as Mulheres (2012-2015).

## DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

A Secretaria de Raça e Sexualidade do Sinpro-DF atua nas escolas promovendo o combate do racismo e do sexismo. “Os Ciclos de Debates Étnico-Racial e da Diversidade ocorrem nos espaços da coordenação pedagógica, sempre que somos demandadas”, informa Delzair Amâncio, diretora de Raça e Sexualidade.

Wiviane Farkas, coordenadora da secretaria, afirma que “essas políticas foram instituídas para atender às demandas da categoria e ajudam na compreensão e na execução do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. A secretaria promove e participa também das ações de enfrentamento da discriminação sexista, como as Paradas de Orgulho LGBT e a Marcha das Mulheres Negras”, finaliza.

# A VIOLÊNCIA CONTRA INDÍGENAS, ONTEM E HOJE

*Estado brasileiro abandona povos indígenas na vulnerabilidade, a qual se origina de uma série de desrespeitos institucionais à legislação em vigor, quando deveria protegê-los*

Por André Barreto

A questão indígena brasileira ultrapassa as mais ousadas obras de ficção, dada a complexidade do enredo e as histórias de violações. A inércia do governo federal em cumprir o que determina a Constituição aumenta a tragédia e deixa o campo aberto para a violência se ampliar. Exemplos não faltam. Os Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, é um deles.

Desde o governo Getúlio Vargas, eles conhecem de perto a perversidade da desumanização e do desrespeito à legislação. Testemunhas vivas da invasão de suas terras, os mais velhos contam que, em 1943, com a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), os Kaiowá, que viviam em pequenas comunidades articuladas por relações socioculturais e ambientais, tiveram de fugir. O programa “Marcha para o Oeste”, do governo

Vargas, promoveu uma sangrenta invasão por intermédio de colonos e fazendeiros.

As terras Kaiowá se transformaram em latifúndios; a floresta, em pasto e monocultura de produtos transgênicos; os Guarani-Kaiowá, expulsos, foram confinados, pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em oito pequenas reservas. Eles dizem que foram “enchiqueirados”, comparando seu destino com o cerco realizado pelos fazendeiros para conter porcos.

Essa política dos governos, desde Vargas, resultou em mortes e aldeias superpopulosas, nas quais não há espaço suficiente para viver. Os Guarani estão até hoje acudados, cercados e violentados. Os que resistiram, vivem, hoje, em condições subumanas e sob lonas pretas entre as cercas dos latifúndios e o asfalto por onde escoam a produção de milho, soja, feijão, cana de açúcar transgênicos.

*Massacre começou em 1500 e, apesar da Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, os sucessivos governos a partir de Getúlio Vargas têm promovido o mais cruel extermínio de povos indígenas no Brasil*



Na margem da estrada, povos inteiros relegados à extrema pobreza. Do outro lado da cerca, latifundiários invasores, ostensivamente ricos, e uma monocultura regada a pesticidas, que colocam o Brasil na balança comercial, porém, entre os países mais poluídos do planeta. Desde os anos 1980, quando os Guarani-Kaiowá iniciaram a retomada de suas terras, têm sido assassinados e exterminados por pistoleiros.

Apesar de homologada em 2005 pelo ex-presidente Lula, e reconhecida como terra invadida, os Guarani-Kaiowá não podem ocupá-la, porque Nelson Jobim, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) à época, suspendeu os efeitos do decreto presidencial. Já se passaram mais de 10 anos e o STF não julgou o caso novamente.

### **DITADURA**

Em 2013, foi descoberto um documento, oculto por mais de 40 anos, que expõe o funcionamento da política de corrupção, violência e extermínio promovida pelo SPI antes e durante a ditadura. O órgão era representado por Flávio de Abreu, chefe da 6ª Inspetoria, em Mato Grosso, que vendeu a índia Rosa, de 11 anos, na hora da escola. Ela e as colegas Bororós foram obrigadas a parar os estudos, saírem da sala de aula e a formar fila. Abreu estava acompanhado por um indivíduo de nome Seabra, que escolheu a índia que queria para si. O funcionário público entregou a índia como pagamento pela construção de um fogão de barro em sua fazenda. Ao pedir clemência a Abreu, o pai da menina foi covardemente surrado.

A denúncia, que expõe a institucionalização da violência contra os índios, faz parte do Relatório Figueiredo, um documento de mais de sete mil páginas produzido pelo procurador federal Jáder Figueiredo, entre 1967 e 1968, a pedido do extinto Ministério do Interior. O trabalho mostra a corrupção, os métodos

de tortura e escravização e a exploração do patrimônio indígena por funcionários do extinto SPI, antecessor da Fundação Nacional do Índio (Funai).

O documento foi redescoberto pelo pesquisador Marcelo Zelic, vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais, que há tempos o procurava. Com o AI-5, o material ficou esquecido nos arquivos da Funai. Uma cópia está com o grupo de trabalho “Graves Violações de Direitos Humanos no Campo e/ou Contra Indígenas”, da Comissão Nacional da Verdade.

Outro documento confidencial da Aeronáutica, de 26 de outubro de 1970, localizado pelo grupo Tortura Nunca Mais, afirma que “o fluxo de informações contra o Brasil no exterior é constante e se faz em larga escala”. Enfatiza que “o trabalho relativo à ‘matança de índios’ foi completamente neutralizado e desmoralizado em face das atividades das autoridades brasileiras”. Não é de se estranhar, portanto, que o Relatório Figueiredo tenha ficado mais de quatro décadas esquecido no arquivo da Funai, cuja criação, em 1967, coincide com a data da extinção do SPI.

Apesar dos esforços para apagar a verdade, o relatório é um instrumento importante para esclarecer o passado. Segundo Cléber Cesar Busatto, secretário-executivo do Conselho Missionário Indigenista, o MP anexou o documento aos autos do processo que pede a demarcação das terras indígenas.

### **INDÍGENAS DO DISTRITO FEDERAL**

A cacique Tanoné, remanescente da tribo Kariri-Xocó, saiu do município alagoano de Porto Real do Colégio, deixando parte da tribo para trás, para estabelecer-se na Terra Indígena Reserva Florestal de Brasília, em 1969, em busca de mais oportunidades para criar seus filhos. Invadida pelos grileiros da especulação imobiliária e da construção civil, a área, hoje, foi engolida por um novo

*Cacique Tanoné, da etnia Kariri-Xocó e Tuxá, contra especulação imobiliária*

bairro de classe média denominado Setor Noroeste. Vale cerca de R\$ 2,5 bilhões e é alvo constante de investidas governamentais para arrecadar dinheiro.

Tanoné explica que quando chegou, “não vim atrás de moradia, de terra, de nada: vim à procura do que eu via nos meus sonhos”, conta. Ela diz que ao chegar, juntamente com os filhos e o marido, fizeram uma fogueira e cantaram cantos sagrados. “A minha luta foi preparada desde os meus 7 anos de idade. Para chegar a este ponto da minha luta foi preciso muita preparação espiritual. O que não tive de oportunidade quando criança, dentro da minha tribo [em Alagoas], quero hoje para os meus filhos e netos. Que eles alcancem os estudos”, afirma.

Com três filhos universitários, que estudaram o ensino básico na escola pública, Tanoné conta que a luta maior na capital é a de preservar os costumes e a cultura indígena. “Sou uma liderança, cacique Tanoné, mulher, indígena e luto pelos direitos de todos os povos indígenas”.

### **CONFLITOS NO NOROESTE**

O conflito entre a população indígena e o Governo do Distrito Federal (GDF) começou em 2008, quando a área foi demarcada, com o apoio do governo, para a comercialização de lotes. Um Termo de Compromisso assinado pela Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap) estabeleceu a concessão de 22 hectares de terras públicas para 16 famílias indígenas das etnias Kariri-Xocó e Tuxá. O espaço fica entre o viveiro de mudas da Novacap e o Parque Nacional de Brasília e será convertido na Reserva Indígena Kariri-Xocó do Bananal, de acordo com o documento.

A área só deve ser entregue agora em 2016 – antes, o governo precisa elaborar e executar projetos de engenharia e de habitação. O acordo prevê a construção de um centro de convivência e ocas para as famílias a serem





*Ensino de história e cultura indígena faz-se necessário para garantir a ressignificação e valorização cultural das matrizes que formam a diversidade brasileira*

removidas. À época, a Terracap afirmou que o novo acordo tem “o apoio integral dos interessados”. O órgão também informou que a Funai e os índios terão participação direta na definição dos projetos de urbanismo e engenharia da reserva.

## EDUCAÇÃO

À luz da Lei nº 10.639/03, alterada pela Lei nº 11.645/08 – que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, da educação básica – o mesmo deveria ser feito com relação à cultura indígena.

“A nossa história contemporânea (ditadura) mostra como há, para vergonha da sociedade brasileira, a continuidade da dupla opressão sobre as meninas e mulheres indígenas. A dívida de reparação do Estado com esses povos é imensa. Por isso não podemos apagar a história, uma vez que somente ela tem legitimidade para se cobrar a justiça perante tanta violência que os povos indígenas ainda enfrentam para se manter em seus lares.”, afirma Vilmara Carmo, diretora da Secretaria para Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras.

A diretora lembra que a efetivação de direitos de cidadania para povos indígenas pressupõe o reconhecimento de sua autonomia, enquanto coletividades diferenciadas. “Cabe às mulheres indígenas a resistência contra a sociedade patriarcal e capitalista que insiste em transformar seus lares e suas vidas em mercadoria. Precisamos fazer a denúncia e reconstruir as memórias sobre esse passado que se quer apagar”, diz a diretora.

Alguns exemplos de espaços de participação, gerais ou específicos para tratar da temática indígena em âmbito federal são os Conselhos Nacionais de Educação Escolar e Educação Escolar Indígena, de Saúde e de Saúde Indígena, de Segurança Alimentar, de Política Cultural, de Promoção da Igualdade Racial, de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, de Juventude, dos Direitos da Mulher, dos Direitos da Criança e do Adolescente, entre outros como os Conselhos de Meio ambiente.

Vilmara argumenta que a “opressão e a resistência é o que cabe à mulher indígena no Brasil, duplamente oprimidas como escravas e como mulher”.

# MULHERES TRANSFORMAM A EDUCAÇÃO E O MUNDO

Por Neliane Cunha

**P**ara reafirmar nossos direitos, conquistas e aspirações, apontar outra política econômica, defender a democracia e o combate às violências, somos brasileiras, feministas, cidadãs, trabalhadoras, educadoras, estudantes, artistas, intelectuais, políticas, religiosas, militantes negras, indígenas e LGBT que nos unimos nas ruas, escolas e redes por uma sociedade que nos respeite e nos empodere.

“Ensinamos as meninas a se encolherem para se tornarem ainda menores. ‘Você pode ter ambição, mas não muita. Você deve ansiar para ser bem-sucedida, mas não muito bem-sucedida. Caso contrário, você vai ameaçar o homem’ (...) Criamos as meninas para serem concorrentes, não para empregos ou conquistas. Ensinamos as meninas que não podem ser livres sexualmente. **FEMINISTA – a pessoa que acredita na vida social, igualdade política e econômica entre os sexos**”.

As palavras da feminista e escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, viralizadas na web e inclusas na letra de Flawless (Perfeita), da cantora Beyoncé, denunciam a forma como nós, mulheres, somos tratadas e ensinadas a pensar como seres inferiores. Denúncias do sexismo na sociedade, de



golpes misóginos e tantas violências de gênero são reverberadas diariamente no chão da escola, no mundo do trabalho e nas lutas feministas, por mulheres educadoras e militantes que, como a jovem Chimamanda, transformam a educação e o mundo.

## MOVIMENTO

Na filosofia, dentre tantas definições, envolve a mudança na realidade. Na física, traduz a variação de posição espacial no decorrer do tempo. Na sociologia, é definida enquanto representação da sociedade como organização. Em nossa língua materna, muitos definirão como substantivo masculino, mas cada mulher toma a palavra para si como verbo.

Em movimento, incorporamos seu significado nas salas de aula, nas ruas e em todos os espaços onde fazemos valer nossas bandeiras e vozes, assim como tomamos pertencimento do verbo lutar, transformando um mundo do luto de feminicídios para um mundo de luta por equidade, desconstruindo a cultura do estupro e criando pontes rumo a uma cultura de paz.

Somos a maior parcela da população que sofre com a misoginia escancarada nas crises e no golpe, onde recai o controle sobre nossos corpos, liberdades e o cerco às nossas diversidades e políticas públicas. Somos também a maioria da população e do eleitorado. Nessa condição, não aceitaremos mordidas, porque assumimos o protagonismo na vida, na educação, e fazemos a História. Não deixaremos que imponham fundamentalismos fálicos em nosso fazer pedagógico. Não negaremos na educação e na população o que para nós é primordial: a igualdade de gênero. Porque nossa voz é a voz do Brasil que não se calará!



*Neliane Cunha é diretora da Secretaria para Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras*

# O GOLPE DE ESTADO E O VOTO FEMININO

*Governo ilegítimo elimina mulheres das decisões do país e implode a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM). Feministas vão às ruas defender a democracia e a igualdade de gênero*



*Golpe de Estado não respeitou eleição democrática de 2014. Mulheres sub-representadas nos espaços de poder*

Por Carla Lisboa

Vinte e quatro horas após assumir a Presidência da República, depois de o Congresso Nacional aprovar o *impeachment* da presidenta da República, Dilma Rousseff, o governo interino e ilegítimo de Michel Temer, do PMDB, devastou as políticas públicas sociais que o governo democrático-popular, de forma inédita, pôs em curso no Brasil.

Retirou do Orçamento da União a promoção da igualdade de gênero, o combate ao racismo e ao preconceito, o fomento e desenvolvimento social, científico, tecnológico e cultural, bem como as políticas estratégicas nacionais e internacionais. Ao extinguir 18 ministérios, ele lançou o Brasil num obscuro retrocesso histórico de antes da década de 1930.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) perdeu o status de ministério. Reduzida a uma subsecretaria do Ministério da Justiça, ganhou viés policial e passou a ser comandada por Fátima Palaes (PMDB-AP), uma deputada federal evangélica, investigada por corrupção, defensora de relações machistas e da política econômica neoliberal, quer restringe investimentos no setor social e privatiza os serviços públicos.

Temer implodiu os Ministérios da Cultura (MinC) e de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), ao fundi-los a outros ministérios. Com isso, despiu o Brasil da cultura, ciência, tecnologia, pesquisa, inovação e das políticas sociais e de direitos humanos. O povo foi às ruas protestar contra o desmache. Mas o presidente ilegítimo ignorou e prosseguiu com seu retrocesso.

Retirou a representação das mulheres do primeiro escalão do Poder Executivo e criou um ministério masculino. Expôs o machismo dos políticos que aplicaram o golpe de Estado. “Esse golpe resulta da fragilidade das estruturas democráticas e da própria democracia não consolidada”, avalia Vilmara Carmo, diretora da Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres do Sinpro-DF.

Para ela, “o golpe nos mostrou que a democracia e o voto não foram fortalecidos e nem respeitados. Os governos petistas não conseguiram fazer pelo menos três reformas estruturantes para a consolidar a democracia brasileira: a política, a tributária e a dos meios de comunicação social”, afirma a diretora.

## BRASIL NA CONTRAMÃO DO MUNDO

Estudos recentes indicam ser a igualdade de gênero o único caminho para a liberdade e a democracia. Em 2010, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) definiu que a reconstrução do Chile e do Haiti, destruídos por catástrofes naturais, só seria possível se os dois países colocassem a mulher no centro do desenvolvimento econômico. Mas, muito antes disso, Cepal e organizações feministas demonstraram a importância da igualdade de gênero na construção social, econômica, cultural de uma nação.

Na opinião de Vilmara, se por um lado, o golpe excluiu o Brasil do grupo de países da América Latina e do Caribe que estão desempenhando papel pioneiro nas lutas sociais e no desenvolvimento da política de direitos humanos, por outro, serviu para mostrar que não basta ser mulher para representar a população no Congresso Nacional.

“Tem de se reconhecer e dizer claramente que é mulher pertencente e defensora dos interesses da classe trabalhadora, a qual

enfrenta todo tipo de problemas, com mulheres que ganham salários inferiores aos dos homens e sofrem muita violência”, diz a diretora de Mulheres.

Ela afirma que, para representar o país no Congresso Nacional, as mulheres candidatas e eleitas têm de enxergar com outro olhar mais da metade da população. “Essa maioria é formada por mulheres, somos as mais pobres, as mais violentadas e as menos respeitadas. Por isso é muito importante que o Congresso tenha representação de mulheres, mas mulheres comprometidas com a luta feminista”.

## LUTA MILENAR PELO ESPAÇO DE PODER

A luta da mulher para ocupar os espaços de decisões é milenar. Há registros de enfrentamentos de 2.200 anos atrás, por ocasião da revogação da Lei Ópia – adotada no período histórico da II Guerra Púnica (218 - 201 a.C.), que impôs restrições às mulheres romanas, como a proibição de terem a posse de riquezas, de vestir trajes de cores berrantes, de circular em Roma em viaturas atreladas, entre outras arbitrariedades. As mulheres foram à luta e derrubaram a lei.

*4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em Brasília, no mês de abril, pouco dias antes do golpe de Estado*

**4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**  
*Mais direitos, participação e poder para as mulheres*





*“Rosas pela Democracia é um movimento de mulheres, em Brasília, contra o golpe e em defesa da democracia. Elas organizam marchas, protestos e mobilizações*

No início do século XX, um movimento denominado “as sufragistas”, obrigou o Parlamento inglês a abrir suas portas para as políticas de gênero. Em 2015, as mulheres da Arábia Saudita votaram e foram votadas pela primeira vez. No Brasil, apesar de quase um século de exercício democrático, o voto feminino não representou, em 2014, o avanço para a igualdade de gênero. Dados do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) indicam que a Lei das Cotas não conseguiu promover candidaturas de mulheres e que a representatividade real não passa de 10% do Legislativo nacional.

“A lei é fraca e, preenchido o percentual, as candidaturas não são visibilizadas e tampouco recebem recursos paritários dos candidatos. A luta iniciada com as sufragistas permanece um desafio. O empoderamento feminino é crucial para que a luta por direitos seja efetiva e se torne uma agenda de Estado, é importante para a emancipação de direitos sociais em todas as escalas da sociedade, pois sabemos a quem cabe as políticas hoje desenhadas por um padrão masculino, patriarcal e machista que também é o dono dos espaços de decisão no Brasil”,

diz Masra de Abreu, uma das coordenadoras do CFemea.

No documento *Análise das eleições: Mulheres eleitas em 2014: velhos e novos desafios*, o CFemea indica que, entre 2010 e 2014, o país ganhou 7.218.005 novos eleitores, dos quais 52,1% eram mulheres e que, pela primeira vez, em um pleito nacional, cumpriu-se a cota para mulheres e foram divulgados dados sobre a cor/raça dos candidatos. Apesar de permanecerem minoria (27,3% dos candidatos Presidência da República, 10,4% a governador/a, 19% a senador/a, 31,8% a deputado/a federal e 31,4% a deputado/a estadual/distrital), as candidaturas foram superiores aos índices de 2010.

Esse dado causou otimismo. Mas os resultados das eleições de 2014 não foram animadores: apesar da reeleição de uma mulher à Presidência da República, o número de deputadas federais e senadoras subiu pouco e reduziu-se o percentual de deputadas estaduais em relação a 2010. Caiu o número de mulheres nos governos estaduais, em que somente uma conquistou o cargo dentre as 27 unidades federativas.

# QUEREM NOS TRANSFORMAR EM 'BELAS, RECATADAS E DO LAR'

*Diretora do Sinpro-DF analisa os efeitos do golpe de Estado, aponta os impactos negativos sobre a educação e mostra a negação de gênero e diversidade na escola*

Por André Barreto e Carla Lisboa

**N**esta entrevista, Berenice D'Arc, coordenadora da Secretaria de Política Educacional do Sinpro-DF, diretora executiva da CNTE e conselheira do Conselho de Educação do DF, analisa os efeitos negativos, sobre a educação, do golpe de Estado e da eleição, em 2014, de parlamentares conservadores para o Poder Legislativo nas três esferas do Estado. Ela fala sobre PNE, PDE, Escola sem Partido, PLs da Mordaza, negação de gênero e diversidade na escola, militarização, diferença entre educação para o mundo do trabalho e para o mercado de trabalho. Temer já começa discutindo a privatização total dos recursos, com a saída da Petrobras dos leilões do pré-sal. Soma-se a isso ataques ao Fies e Proni, o esvaziamento de políticas como o Ciência sem Fronteiras. Trata-se de um ataque direto à educação.

**Sinpro Mulher – O que o golpe, em forma de impeachment, em que impacta a educação?**

Berenice – O que acontece na esfera federal acaba refletindo aqui no DF. Então, vemos os avanços do nosso PDE cada vez mais distantes. O governo Rollemberg espera a política educacional ir para o chão para também fazer o mesmo. Teremos a desconstrução das duas leis construídas pela sociedade.

**Sinpro Mulher – Há relação entre o golpe e esses projetos de lei da Mordaza? Virá uma contrarreforma por aí?**

Berenice – Temos no Brasil uma onda conservadora crescente. Basta ver a composição do Congresso Nacional, das Assembleias e da Câmara Legislativa. A bancada religiosa fez uma composição com a Escola sem Partido, com as Organização Social (OS), com a militarização da gestão escolar. Esse trabalho foi silencioso, sorrateiro em relação ao PNE. A questão avança no debate de raça, da mulher ou da opção sexual...

**Sinpro Mulher – Isso afeta também a construção do conhecimento...**

Berenice – Há um projeto do deputado Izalci Lucas (PSDB/DF) de retirar das escolas a sociologia e a filosofia. Isso significa não instigar e estreitar o pensamento. Por isso é muito próprio que a militarização se coloque na escola. O argumento é que as escolas não conseguem trabalhar com a violência, com o tráfico, com a marginalidade. É assim que eles veem a escola pública; aquela do marginal,

*Berenice D'Arc Jacinto diz que uma boa forma de debater com os estudantes e com a comunidade escolar é fazer a reafirmação da democracia*





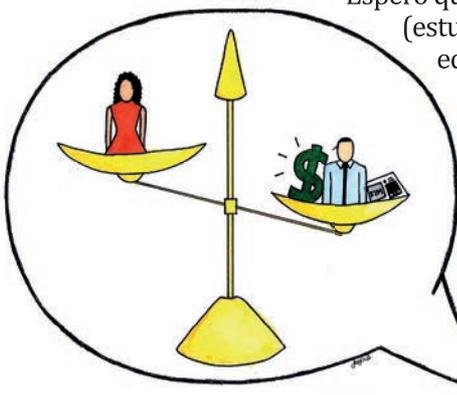
do traficante. Utilizam esse ideário para retroceder, para tornar a escola hierarquizada na marra, voltando aos preceitos de 1964 basicamente. Com a entrada das OS nas escolas e a militarização, o que está em jogo é muito sério, é a volta do 'quem pode

pagar pode estudar', excluindo grande parcela da população, os filhos da classe trabalhadora. Pior: utilizando grande soma de recursos públicos em prol da gestão privada, para justifica-la como a melhor para a educação. Para nós, educadoras, é triste e revoltante ver o quanto avançamos nos últimos anos ser retrocedido em 180 dias. Por isso insistimos que o golpe não é contra Dilma, mas contra o trabalhador brasileiro, contra a educação. Resumidamente, a Escola sem Partido e os PLs da Mordaza são o caos. É uma posição política para calar a educação.

### Sinpro Mulher – Como debater esses assuntos na escola?

Berenice – Uma boa forma de debater com os estudantes, com a comunidade escolar, é fazer a reafirmação da democracia, da gestão democrática nas escolas – pois ela não passa só pela eleição de diretores. Isso passa por uma construção maior, que é o fortalecimento das instâncias de gestão (conselhos, grêmios estudantis, assembleias das escolas). Nessa construção há o projeto político-pedagógico. E não há Escola sem Partido que consiga destruir um projeto construído por várias mãos, avaliado e aprovado pela comunidade escolar.

Espero que a sociedade (estudantes, educadores, comunidade, escola) se indigne com essa questão, que ela sinta a necessidade de se contrapor porque o espaço do



contraditório – que é a escola – termina construindo conceitos democráticos e muito autônomos.

### Sinpro Mulher – Como fica a formação dos estudantes e do futuro trabalhador na perspectiva da Lei da Mordaza, quando se 'esvazia' o sujeito oferecendo apenas conhecimento técnico?

Berenice – Existe uma grande diferença entre mundo do trabalho e mercado de trabalho. Quando você forma pessoas para o mundo do trabalho, você prepara sujeitos que pensam e transformam o seu fazer. Quando preparamos para o mercado de trabalho, preparamos apenas 'cumpridores de ordem', aquele que segue a linha de produção sem questionar. Sob a ótica do mundo do trabalho, a linha de produção ganha outro significado, um significado social. 'Que diferença esse trabalho vai fazer para a sociedade?', perguntamos.

Na linha de produção técnica o trabalhador apenas faz o que é ordenado, sem ter essa perspectiva da importância do que se está fazendo. Quem faz para o mundo do trabalho sabe que vai transformar, mudar a realidade de alguém. Quem faz sob a pressão do mercado de trabalho cumpre metas.



### Sinpro Mulher – Podemos ter esperança diante desta realidade que nos foi imposta?

Berenice – O movimento sindical e os movimentos sociais devem continuar indo para as ruas. Se não dermos resposta a esses ataques, vamos perceber depois que nada fizemos para mudar. Não adianta depois dizer que 'achei que o golpe era só contra a presidenta Dilma e fiquei quieto'. Eu preciso me indignar e provocar na categoria essa indignação, essa percepção de que o golpe é contra a educação, contra os educadores, contra os trabalhadores, contra o Brasil.

### O que o governo interino de Temer traz na perspectiva das mulheres?

Que ela se coloque no lugar que ele julga ser dela: 'bela, recatada e do lar', negando, escondendo, todo o empoderamento e protagonismo das mulheres ocorrido nos últimos anos. Quem perde nesse retrocesso são as mulheres.

# DICAS PEDAGÓGICAS



## ELA RENDEU FRUTOS!

**QUEILA BRANCO**, professora e contadora de histórias da EP Anísio Teixeira.

*“Ser artista e educadora é olhar para a beleza estética sem nunca perder de vista a ação pedagógica. É mostrar que a vida está repleta de múltiplas escolhas que nos conduzem à cidadania e ao empoderamento. Educar para a arte é ofertar possibilidades de transpor os desafios com postura ética e política.”*

## MÚSICA FEMINISTA

Antiga Poesia – Ellen Oléria  
Ciranda Feminista – Tambores de Safo  
Se empodera – PaguFunk  
Desconstruindo Amélia – Pitty  
Ela encanta – Marina Peralta  
A carne – Elza Soares  
Flawless – Beyoncé  
Lugar de mulher é... É onde ela quiser – Bloco Feminista  
Comuna que Pariu

## SUGESTÕES PARA OS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

Realização de um Mapa da Violência de Gênero na escola. Referência: [www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015\\_adolescentes](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_adolescentes)

Criação de coletivos e núcleos nas escolas. Referência: Projeto Onda - CEAN <http://onda.inesc.org.br/>

Projetos editoriais da escola (jornais ou revistas), com foco na igualdade de gênero, diversidade étnica, sexualidade e direitos. Referência: Revista Descolad@s <http://onda.inesc.org.br/descolads/>

Realização de mídias com as temáticas de gênero e diversidade. Referência: Escola de Mídia – SINPRO/DF e TV Comunitária <http://www.sinprodf.org.br/escola-de-midia/>

Projetos de enfrentamento à LGBTfobia e sexismo na escola. Referência: Projeto Vidas Plurais [www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2011/12/projeto-vidas-plurais1.pdf](http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2011/12/projeto-vidas-plurais1.pdf)

Projeto de Educação Antirracista  
Referência: Livro Racismo e antirracismo na educação: repensando a escola.  
Eliane Cavalleiro, Editora Selo Negro

Pesquisa: Mulheres que ocupam espaços de poder.  
Referência: Revista Sinpro Mulher, 1ª edição, p. 13, ano 2014.

## POESIA FEMINISTA

...  
*Sendo fia de roceiro  
e quebradeira de côco  
os meus versos são rasteiro  
o que trago é muito pôco  
nesse aboar em lamento  
o meu canto é muito rôco*  
...

\*Lilia Diniz\* é artista maranhense, que atua em Brasília-DF



## FILMES FEMINISTAS



## LIVROS

### LITERATURA INFANTIL

#### Famílias de A a Z

O livro trata de um assunto atual e importante: inclusão, procurando abordar todos os tipos de família, formadas por pessoas que se amam e escolheram cuidar umas das outras. Autora: Leila Pereira. Editora: Dimensão. Ano 2015.

#### Menina não entra

Um grupo de amigos quer formar um time de futebol, mas não aceitam que Fernanda se junte a eles. Mas quando Fernanda lhes mostra que é boa jogadora, percebem que se enganaram e preconceito não ajuda ninguém a ganhar. Autora: Telma Guimarães Castro Andrade. Editora do Brasil.

#### Coletânea Mama África

A coletânea apresenta contos tradicionais da África escrita por autoras, autores e ilustrada por artistas do continente. Os livros oferecem um mergulho no universo das lendas africanas. Editora Língua Geral.

#### Aldeias, palavras e mundos indígenas

Yano, Ęjcre, Üne, Oo – essas quatro palavras representam o vocábulo casa na língua de quatro povos indígenas: Yanomami, Krahô, Kuikuro e Guarani Mbya. Através delas e de outras palavras, leitoras e leitores são convidados a conhecer a vida e os costumes desses povos. Autora: Valeria Macedo. Editora: Cia das Letrinhas.

### LITERATURA JUVENIL

#### Mulheres: Retratos De Respeito, Amor-próprio, Direitos E Dignidade

Com um traço característico e frases inspiradoras, a ilustradora Carol Rosseti quebrou tabus e espalhou uma mensagem que ecoou em mulheres do mundo todo: somos fortes, merecedoras de respeito e especiais do nosso jeito, independentemente de opiniões e julgamentos alheios. Editora: Sextante. Ano 2015.

#### Mulheres Inspiradoras

Livro que apresenta uma coletânea de biografias femininas do premiado projeto “Mulheres Inspiradoras”, realizado no CEF 12 da Ceilândia, organizado pelas professoras Gina Vieira Ponte e Vitória Régia de Oliveira. Ano 2015.

# APOSENTADAS SIM. INATIVAS, NUNCA!

*Com um histórico de lutas e conquistas na carreira, professoras aposentadas mostram, fora das salas de aula, estarem ativas. Continuam estudando, participando de cursos e da luta por uma escola pública de qualidade*

Por Luis Ricardo Machado

A vida dedicada à educação e à luta pelos direitos da categoria não se apaga com a aposentadoria. Muitas aposentadas se mantêm na ativa, em outras trincheiras. Continuar na militância é uma dessas atividades que atraem aposentadas e aposentados e os (as) mantêm ligados ao Sinpro-DF.

“Esse engajamento é importante porque, a partir dos cursos promovidos pelo sindicato, as aposentadas percebem que podem continuar lutando por seus direitos. Muitas professoras se aposentam da sala de aula, mas continuam no movimento”, afirma Sílvia Canabrava, coordenadora da Secretaria para Assuntos dos Aposentados.

A retomada dos estudos é outra forma de ocupar a mente e fortalecer a luta. Maria Dalvirene Braga, aposentada em 2015, nunca parou de estudar. “Durante minha carreira, participei de várias atividades de formação no Brasil e no exterior. O objetivo é a necessidade de estudar e de estar atualizada”, conta Maria Dalvirene, da Sociedade Brasileira de Educação Matemática e do grupo de pesquisa sobre o lúdico na educação da Universidade de Brasília (UnB).

## APOSENTADORIA E OS DESAFIOS

Um dos grandes sonhos de todo(a) trabalhador(a) é se aposentar. Contudo,

muitos voltam ao mercado de trabalho porque se sentem sós. O outro motivo é a perda do poder aquisitivo do provento. Com duas especializações, Raimunda Ferreira Chagas, aposentada em julho de 2015, após 33 anos de magistério em Ceilândia, afirma que uma das grandes preocupações nessa nova etapa da vida é não esquecer a militância.

“Podemos militar nas igrejas, nas ONG, no sindicato, enfim, em qualquer lugar. Isso nos ajuda a passar bem pela nova fase sem diagnósticos negativos ou quaisquer tipo de problema. É importante a professora se preparar, psicológica e financeiramente, para usufruir da sua aposentadoria. Aposentar não significa se tornar inativa”, diz a professora.

Marilange da Silva Vianna, aposentada em 2015, eleita para compor a diretoria do Sinpro-DF na gestão 2016-2018, comenta que essa nova fase da vida é caracterizada pela liberdade porque somente após a conquista da aposentadoria é possível se fazer escolhas conforme seus próprios interesses e não mais sob uma perspectiva de sobrevivência.

“A pessoa aposentada não precisa correr atrás do salário. Ela lutou, correu, conquistou aquilo. E agora é fazer coisas, é manter a mente ativa. Fazer coisas que não seja obrigada. Agora a pessoa pode escolher. Escolher o próprio tempo, o seu horário”, diz.



*Mulheres em defesa dos direitos trabalhistas depois da aposentadoria e contra nova reforma da Previdência, que atinge frontalmente a categoria docente*

## **REFORMA DA PREVIDÊNCIA AMEAÇA APOSENTADORIA**

O objetivo maior da atual reforma da Previdência é modificar as regras da aposentadoria com o argumento de que a Previdência está “quebrada”, termo muito utilizado pelo atual ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Esse argumento é tudo de que o governo interino e ilegítimo de Michel Temer precisa para, entre outras coisas, aumentar o tempo de serviço e de contribuição dos (as) trabalhadores (as); igualar a aposentadoria feminina com a masculina; e acabar com as aposentadorias especiais.

Essa reforma atinge diretamente a categoria docente. Meg Guimarães, diretora da Secretaria de Formação Sindical do Sinpro-DF e vice-presidenta da CUT Brasília, afirma veementemente que a proposta do governo federal “representa uma grande ameaça, retira direitos conquistados e é uma contrarreforma que ataca, principalmente, as trabalhadoras dos setores público e privado e as do campo e da cidade”, diz.

## **PREVIDÊNCIA PÚBLICA E ESPECIAL: UMA CONQUISTA DOS TRABALHADORES**

A Constituição Federal de 1988 consolidou o direito à aposentadoria no Brasil. Dez anos depois, em 1998, o governo Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, realizou a primeira reforma neoliberal da Previdência, que modificou todos os critérios de aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – aposentadoria dos (as) trabalhadores (as) regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – e retirou a aposentadoria especial de várias categorias profissionais. Estabeleceu uma nova idade mínima para mulheres e homens se aposentarem, respectivamente, 55 e 60 anos.

A carreira do magistério é uma das que se enquadram no Regime Previdenciário como Aposentadoria Especial. Segundo as regras desse regime, a professora se aposenta com 50 anos e 25 anos de contribuição; e, o homem, com 55 anos e 30 anos de contribuição. A nova reforma quer também desumanizar o sistema previdenciário e acabar com o caráter especial da aposentadoria geral, que leva em consideração a dupla jornada de trabalho da mulher. A proposta dos empresários e do governo ilegítimo do PMDB-PSDB é igualar a



*Isabel Portuguese, in memoriam, deixa legado da luta nas mãos de Sílvia Canabrava*

idade da mulher à do homem somente pelo cálculo da expectativa de vida.

“Trata-se de uma grande injustiça. Se por um lado a expectativa de vida é um ganho que retrata a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, por outro lado, as condições do mundo do trabalho para as mulheres, não seguiram o mesmo ritmo. Nossos salários são inferiores aos dos homens em até 30%, até mesmo no serviço público, um espaço em que somos a maioria”, avalia Eliceuda França, coordenadora da Secretaria para Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras.

A diretora afirma que “essa proposta é inconcebível até porque temos uma dupla e até tripla jornada de trabalho, que é o serviço doméstico e o trabalho fora de casa. Se a mulher quiser e precisar de estudar, é quádrupla jornada. Além disso, o serviço doméstico não é remunerado. Consequentemente, temos mais tempo trabalhando do que os homens”.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) corrobora essa constatação do desequilíbrio na divisão sexual do trabalho. A Pesquisa Nacional por Domicílios (PNAD) concluiu, em várias ocasiões, que as mulheres gastam 23,9 horas da semana cuidando de afazeres domésticos, enquanto os homens ficam com apenas 9,7 horas desse tipo de serviço.

“A aposentadoria diferenciada entre gêneros é, portanto, uma compensação gerada

pelas desigualdades sociais entre homens e mulheres. No dia em que a sociedade brasileira apresentar, por meio de seus indicadores sociais, uma situação mais equânime nos espaços privados e públicos, poder-se-á pensar em retirar o direito à aposentadoria diferenciada entre gêneros”, afirma a diretora.

Na opinião de Eliceuda, “se essa reforma se concretizar na íntegra ela vai exercer um prejuízo três vezes maior sobre nós, professoras. Em primeiro lugar, por aumentar o tempo de serviço; em segundo, por acabar com a aposentadoria especial (somos uma categoria majoritariamente feminina); e, em terceiro, por igualar homens e mulheres na idade (o que com certeza não será reduzindo a dos homens, e sim aumentando a das mulheres)”, alerta Eliceuda.

O Sinpro-DF entende que essa proposta tem toda uma lógica perversa de retirada de direitos dos trabalhadores com maior peso sobre a mulher: “Temos de combater e impedir que esse e todos os outros projetos que apontam para a retirada de direitos da classe trabalhadora e denunciar o lado cruel da reforma que vai punir, principalmente, as trabalhadoras”, finaliza Meg Guimarães.



*Diretora Meg Guimarães conclama a categoria a combater a reforma da Previdência*

# FORMAÇÃO SINDICAL DE GÊNERO: UM DESAFIO IMPRESCINDÍVEL

*A conquista da igualdade de gênero é uma luta política que necessita de formação. As diretorias colegiadas do Sinpro-DF perceberam isso e criaram a Secretaria de Mulheres para promover a conscientização e o empoderamento*

Por André Barreto

“A formação sindical de gênero é instrumento imprescindível para a luta da nossa categoria, majoritariamente feminina”. A frase é da diretora da Secretaria de Mulheres do Sinpro-DF Vilmara Carmo.

Ela destaca a visão de Viviana Abud – dirigente sindical chilena, subcoordenadora de mulheres da América Latina da FSM (Federação Sindical Mundial) – segundo a qual “como gênero, somos oprimidas, mas enquanto classe trabalhadora, somos exploradas. É aí que se encontra o ponto inicial da luta que travamos”.

Para Viviana, é preciso fazer uma análise do que é gênero e classe, para poder compreender a luta feminista. “Historicamente, as mulheres têm sido oprimidas, mas não temos de falar somente de opressão, e sim de exploração”.

Ela explica que opressão e exploração são dois termos que muitas vezes confundimos ser a mesma coisa, mas há uma diferença: a opressão se aplica às questões de gênero, enquanto a exploração divide as vítimas da opressão em classes distintas.

Vilmara destaca que a única maneira de reverter este quadro é o caminho da formação. “A luta das mulheres não

*Professoras e lideranças sindicais do Sinpro-DF reunidas na sede do sindicato em debate sobre o conteúdo da revista Sinpro Mulher e a luta pela igualdade de gênero*



tem de ser uma bandeira exclusiva das mulheres, tem de ser uma bandeira da classe trabalhadora em seu conjunto. Caso contrário, vamos avançar em pequenos passos”.

Segundo ela, é aí que se encontra o fundamental papel da organização sindical de organizar dentro dos sindicatos, das centrais, federações e confederações, coletivos de trabalho feministas ou de gênero. “As organizações sindicais são uma ferramenta fundamental para fazer avançar as demandas de gênero”, completa.

Para Vilmara, um dos grandes desafios dos sindicatos é a formação, e, nesse caso, com recorte de gênero: “Sabemos o que é ser oprimidas e sabemos o que é ser exploradas. Nossa luta é uma luta política que necessita de formação”.

A diretora Nilza Cristina, secretária de formação do Sinpro-DF e da CUT Brasília, diz que a formação é essencial, pois “estamos numa disputa desigual na qual nos é dado o espaço, mas não a condição de nos empoderar, ocupando esse espaço de forma legítima, digna e com qualidade”. Ela explica que a disputa não é para ser melhor, “é para, na igualdade, mostrar que temos condições de ocupar esse espaço.

Com a formação entendemos onde estamos, por que nós estamos e o que podemos fazer”.

A diretora Fátima de Almeida aponta, por sua vez, que o grande desafio da Secretaria de Formação é construir um projeto de formação integrado e transversal com a Secretaria de Mulheres para o próximo período. “É necessário somar esforços. A conjuntura que segue será de grande ataque aos trabalhadores, mas, sobretudo, às trabalhadoras”, diz.

## CURSOS

Vilmara Carmo lembra diversos espaços de formação das mulheres e o protagonismo da Universidade de Brasília (UnB). O Geledés – Instituto da Mulher Negra, da UnB, oferta o curso “Feminismo e Filosofia”, resgatando pensadoras esquecidas pela academia. Atualmente, a disciplina, optativa para estudantes de Licenciatura em Filosofia.

Mais do que parte de um movimento de valorização das mulheres, que vêm ganhando força em todo o mundo, a disciplina questiona o tipo de conhecimento teórico que é construído nos dias de hoje. “Trazer o conhecimento dessas autoras, que produziram excelentes textos desde a antiguidade, é um acerto de contas não só para as mulheres, mas também uma maneira de repensar a filosofia como a conhecemos”, explica a professora da disciplina Ana Míriam Wuensch.

A UnB se tornou pioneira no país ao buscar o pensamento feminista do ponto de vista da filosofia. “Podemos encontrar, em outras universidades, disciplinas que abordam o assunto a partir de estudos sociais, mas na filosofia isso é bastante raro”, diz Wanderson do Nascimento, professor que ministrou a primeira edição do curso.

Para concluir o curso de Licenciatura em Filosofia, a estudante Aline Matos realizou uma pesquisa sobre mulheres negras que

*Diretora Nilza Cristina diz que disputa desigual impede mulheres de se empoderarem*





*Diretora Fátima de Almeida afirma que grande desafio é construir projeto de formação integrada e transversal*

produziram material filosófico. Segundo ela, “cada vez mais encontramos pesquisadores atrás de pessoas que apresentem uma nova forma de ver o mundo. E as pensadoras, que tiveram pouca representatividade em estudos acadêmicos, tornaram-se objetos de pesquisa”.

Há ainda o curso de “Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça” (GPPGER), também oferecido pela UnB. O objetivo geral é instrumentalizar as participantes para intervenção no processo de concepção, elaboração, implantação, monitoramento e avaliação dos programas e ações de forma que assegure a transversalidade e a intersectorialidade de gênero e raça nas políticas públicas.

O Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit), ligado à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tem forte atuação na área de extensão universitária, tanto na realização de cursos de extensão, de seminários e eventos acadêmicos, realizados em parceria com diversas instituições públicas e entidades de representação de interesses coletivos.

Desde a sua fundação, em 1989, o Cesit desenvolve pesquisas acerca da pobreza, mercado de trabalho, relações de trabalho, sindicalismo, qualificação profissional, distribuição de renda, salário mínimo,

trabalho em micro e pequenas empresas, estrutura social, políticas públicas de emprego, direito do trabalho.

A economista Marilane Oliveira Teixeira, do Cesit, analisou o relatório “O Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016”, publicado pela ONU Mulheres em 2015. Trata-se de um material inédito que aborda a área do trabalho, programas sociais, educação, trabalho no campo, as políticas de cuidados e previdência social sempre com uma abordagem voltada para as mulheres.

Marilane enfatiza que em pouco mais de uma década a sociedade brasileira alcançou progressos econômicos e sociais notáveis e o impulsionador dessas mudanças são as políticas públicas de inclusão social, em especial as voltadas para as mulheres e as mulheres negras.

“Dar visibilidade a essas políticas é muito importante, até mesmo porque precisamos mantê-las frente ao novo cenário político. O que se constata é um desconhecimento geral sobre os impactos desses programas na vida das pessoas, especialmente na vida das mulheres, principais beneficiárias”, destaca Marilane.

Embora os dados estatísticos apontem para uma sociedade mais justa e igualitária, mas ainda insuficientes para eliminar as desigualdades que são estruturantes de uma sociedade fundada no patriarcado e na servidão humana, herança do período colonial. Portanto, a construção da autonomia econômica permanece com um grande desafio e que será melhor consolidado a médio e longo prazo.

Para a economista, seguir no fortalecimento e na ampliação das políticas públicas é o caminho para as transformações econômicas e sociais e a consolidação de direitos.

# ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA INTERNET

*Combater novas formas de violência é um desafio que o poder público deve enfrentar com criatividade. As redes sociais proporcionam maravilhas, porém, oferecem todas as doenças sociais da vida presencial, como a violência sexista*

Por Carla Lisboa

“Isto é para todos”. Essa é a famosa frase de Tim Berners Lee, um físico e cientista da computação britânico que inventou a World Wide Web há mais de 30 anos. Todavia, a realidade é outra. Terra de ninguém, o mundo virtual tem se tornado território violento, local de misoginia – uma aversão mórbida pelas mulheres –, sexismo, racismo, homofobia, transfobia, intimidação e outros abusos on-line.

Esses crimes têm silenciado vozes e excluído pessoas vítimas de racismo, machismo e todo tipo de insultos. Autoridades públicas em todo

o mundo estão preocupadas com a criatividade e o aumento das formas de intimidação e ameaças para silenciar o debate sobre a violência doméstica nas redes sociais.

Na Grã-Bretanha, uma deputada do Partido Trabalhista, Yvette Cooper, tem afirmado que o sexismo on-line está tão fora de controle e cada vez mais grave que já não pode mais ser ignorado. “A mídia social é a nova rua. É onde nos encontramos agora, onde temos nossos escritórios, bares, parques etc. Temos de lutar para manter esse espaço aberto ao debate e, ao mesmo tempo, livre do abuso e da violência contra a mulher”, defende a britânica.



## RECUPERAR A INTERNET

Os crimes estão tão frequentes nas relações virtuais que a luta contra eles é comparável à luta, no passado, para garantir que a violência doméstica fosse levada a sério pela sociedade e pelo Estado. Cooper lançou a campanha Reclaim the Internet (ao pé da letra, “Recupere a internet”) para promover essa conscientização.

A campanha foi inspirada nas marchas “Reclaim the Night”, realizadas em 1979 e 1980, quando as inglesas, avisadas pelo Estado para não saírem após o anoitecer porque não estariam a salvo da violência, foram às ruas, exatamente nos horários apontados, em protesto e, sobretudo, para exigir mudanças radicais na situação.

No Brasil, a Casa da Mulher Brasileira, em Brasília, recém-inaugurada pela presidenta Dilma Rousseff, e as delegacias têm notificado grande volume de casos de crimes virtuais contra a mulher e prestado assistência às vítimas dos novos tipos de crimes, que não deixam para trás nenhuma das tradicionais formas de violências domésticas.

## MULHERES INSPIRADORAS

Uma das primeiras professoras a perceber essa opressão e a usar a própria internet para se contrapor a essa situação foi Gina Vieira Ponte de Albuquerque. Professora da rede pública de ensino do Distrito Federal, ao ver essa situação, ela criou o “Mulheres Inspiradoras”, um projeto pedagógico de

## A CULTURA DO ESTUPRO

*Detectar e denunciar as práticas violentas é parte importante para a solução. Um estupro coletivo, no Rio de Janeiro, de uma adolescente de 16 anos veiculado na internet, pautou o tema da cultura do estupro no país e foi discutido em audiência pública, promovida pela deputada federal Érika Kokay (PT-DF), na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDHM), intitulada “Fim da cultura do estupro”.*

*No debate, Kokay citou três mitos sobre o crime: o primeiro, dizer que a mulher estava no local errado por isso foi estuprada; o segundo, a visão de que o estupro é psicopata quando 70% deles são próximos da vítima (família, namorado), conforme o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP); o terceiro, culpar a vítima porque estava bêbada, mal vestida etc.*

*“O estupro é o crime mais subnotificado do Brasil, segundo o Anuário. A culpabilização da vítima pode ser um indicador da recusa em não denunciar. A falta de confiança na Justiça também implica na recusa a fazer a queixa”, afirma Kokay. Ela entende que a cultura do estupro está no fundamentalismo. “Ele nega a alteralidade, impõe a minha concepção ao outro, minha concepção de família, de religião e de sexualidade. Isso repercute na cultura de violência de gênero”, esclarece.*

*Mulheres marcam fachada do STF com suas mãos em protesto contra estupro coletivo de adolescente do Rio de Janeiro*



combate à violência virtual, aplicado numa escola da Ceilândia.

“Mulheres Inspiradoras” identificou e conceituou os crimes, promoveu reflexão sobre as atitudes dos e das estudantes e transformou o comportamento de um coletivo estudantil. Envolveu também a família deles. O projeto foi premiado no Brasil e no exterior e se transformou em livro.

Neliane Cunha, diretora de Mulheres do Sinpro-DF, diz que “anos após a premiação do Mulheres Inspiradoras, o projeto ainda é exemplo do fazer pedagógico para combate à violência virtual e à

construção da igualdade de gênero a partir da escola e da comunidade escolar”.

Ela conta que Gina observou o comportamento estudantil nas redes sociais e notou que a maioria dos (as) jovens reproduzia, em postagens e conteúdos que acessava, um estereótipo feminino veiculado na mídia tradicional na qual as mulheres são medidas pelo quanto são sexualmente desejáveis e do quanto se aproxima da ditadura da beleza. “Essa concepção de mulher priva-nos de nossa subjetividade e desrespeita nossos direitos”, explica a diretora.

#### **MANTERRUPTING:**

Ao pé da letra, significa “homens que interrompem”.

Comportamento comum em reuniões e palestras mistas, quando uma mulher não consegue concluir sua fala porque é constantemente interrompida pelos homens.

#### **SLUT SHAMING:**

Vem da expressão inglesa “slut” (vadia, prostituta) e “shaming” (variação de to shame, envergonhar). É o ataque ou a culpabilização, pública ou não, à mulher que expressa sua sexualidade e que busca prazer de uma forma que não atenda às expectativas patriarcais estabelecidas na sociedade.

#### **GASLIGHTING:**

Ao pé da letra, significa “manipulação psicológica”. Abuso mental que consiste em distorcer os fatos e omitir situações para deixar a vítima em dúvida sobre a sua memória e sanidade.

#### **REVENGE PORN:**

Por meio da pornografia de vingança, o abusador busca expor fotos e vídeos íntimos nas redes sociais.

#### **BROPRIATING:**

Junção de bro (brother, irmão, mano) e appropriating (apropriação) e ocorre quando um homem se apropria da ideia de uma mulher e leva o crédito por ela. Quem já não se viu em uma situação em que, quando apresenta uma ideia, muitas vezes não é ouvida? Mas aí quando um homem assume a palavra, repete exatamente o que você disse e é aplaudido por isso?

## **VELHAS PRÁTICAS SOB NOVAS FORMAS**

As violências de gênero são conhecidas como armadilhas psicológicas e virtuais que agredem as mulheres na escola, nas relações, no trabalho e nos espaços de poder. São velhos crimes que, na internet, vestiram-se com um disfarce cibernético.

#### **MANSPLAINING:**

Junção de man (homem) e explaining (explicar). A verdadeira intenção dessa violência é desmerecer o conhecimento de uma mulher. É tirar dela a confiança, a autoridade e o respeito sobre o que ela está falando. É tratá-la como inferior e menos capaz intelectualmente.

# TEMPO DE COMEMORAR 10 ANOS DA SECRETARIA DE MULHERES

*O Sinpro-DF chega em 2016 comemorando várias vitórias. Uma delas é a implantação de uma secretaria de gênero que completa uma década de conquistas para as educadoras no Distrito Federal*

Por André Barreto

O tempo voou e parece que foi ontem, mas a Secretaria de Mulheres do Sinpro-DF comemora 10 anos de existência em 2016 – ano em que o Sindicato completa 37 anos de intensas atividades. História repleta de lutas e ações em defesa de uma categoria, majoritariamente, feminina.

É importante lembrar que a discussão de gênero nasce no contexto das lutas por direitos sociais, na construção daquilo que se denomina por cidadania. É inegável que a carreira do magistério é exercida, sobretudo, por mulheres, mais de 80%. Mas essa relação não se traduzia na prática das entidades sindicais, ou mesmo nas escolas, em suas direções. Nessas instâncias sempre prevaleceu a voz masculina, embasada num processo histórico perverso.

**ANTES AINDA** – Eliceuda França, coordenadora da Secretaria de Mulheres do Sinpro-DF, avalia que a democratização do poder representativo e uma maior participação das mulheres nas decisões do sindicato representam mais do que um número, e sim uma política. “A paridade chegou ao Sinpro antes, em 2008, no 8º Congresso de Trabalhadoras(es) em Educação. Em 2010, a primeira diretoria colegiada com igualdade de gênero tomou posse, tendo 20 diretoras e 19 diretores na composição”, lembra.

A paridade sustenta o princípio de justiça democrática de modo que o sexo não seja

critério para discriminar mulheres no acesso ao poder político. A aplicação do princípio da paridade significa, também, a garantia do acesso ao poder político em todos os seus níveis pelas mulheres, a começar pela organização sindical, garantindo sua representatividade como os homens em todos os âmbitos da vida social, econômica e cultural.

“Onde está o Sinpro-DF há paridade, seja na diretoria, nas mesas de negociação, nas mesas das assembleias”, disse Eliceuda, lembrando uma conquista recente, a paridade nas falas das assembleias, além do fortalecimento da pauta das mulheres educadoras, pois são as próprias mulheres que têm a autoridade política e legitimidade enquanto sujeito histórico para explicitar e dar voz às suas próprias demandas.

Passados esses dez anos, a Secretaria de Mulheres está consolidada. “Com todo respeito à presença dos companheiros professores, mas fomos nós que fortalecemos e sempre estivemos na luta por conquistas como grande maioria. As mulheres compreenderam que não era mais possível ficar no papel secundário e que era preciso assumir o protagonismo. Isso ocorre na luta sindical e nas escolas. Não dá mais para a educadora desempenhar sempre o papel da vice-diretora”, afirma.

Ela diz que, “no próximo processo eleitoral, será fundamental que as educadoras se coloquem para disputar as diretorias, que ela seja a gestora em Escola Classe, Ensino Médio ou em espaços especiais. A mulher



*Lideranças sindicais do Sinpro se unem às educadoras premiadas com o Prêmio Mulher Educadora – Cidadã do Mundo, em 2015*

tem de ocupar o espaço de poder e ousar”, diz a dirigente. E ressalta, contudo, que não adianta a mulher ocupar a direção de uma escola, de sindicato ou cargo legislativo sem que ela faça a política do recorte de gênero. “Esse é o desafio posto agora. Ela não pode ocupar o espaço sem reafirmar a política das mulheres na perspectiva da igualdade de direitos e participação”, sintetiza.

## MEMÓRIA E HISTÓRIA

Parabenizando a Secretária de Mulheres do Sinpro-DF, a primeira secretária da Mulher Trabalhadora da CUT Brasília, Graça Sousa, enfatiza que o Sinpro-DF tem sua história marcada pela capacidade de extrapolar a luta específica da categoria. “Nesses 10 anos, o Sinpro-DF ultrapassou os muros do corporativismo e levou a toda a comunidade do DF a luta cotidiana das mulheres por creche, educação integral, fim da violência contra as mulheres, entre outras. Pode testemunhar o trabalho extraordinário desenvolvido pela Secretária de Mulheres do sindicato”.

Ex-diretora do Sinpro e ex-presidenta da CUT Brasília, Rejane Pitanga lembra do vanguardismo do sindicato no tema diversidade. “Foi pioneiro na discussão da organização das mulheres no movimento sindical. Tive o prazer de participar da gestão precursora da criação da Secretária de Mulheres, o que tem uma simbologia muito grande. Hoje, 10 anos depois, vejo com orgulho as primeiras atitudes de

empoderar as mulheres, de debater temas, como a diferenciação da nossa jornada de trabalho, a relação educação–trabalho, enfim, empoderá-las onde o espaço destinado a elas sempre foi restrito”.

A diretora recém-eleita, Thais Romanelli reforça essa posição. “Termos publicações, como a Revista Sinpro Mulher, é uma conquista. Hoje, nas escolas, temos diversos debates que partem da provocação dessas publicações, além de ser a defesa daquilo que a gente acredita, dos nossos espaços e direitos como mulheres e educadoras”.

A ex-diretora Maria Augusta afirma que “colhemos e agora comemoramos, com alegria, a evolução da participação feminina, fato que exigiu muita determinação, trabalho e garra porque ninguém nos cedeu este ou aquele espaço, conquistamos e consolidamos, com luta, organização e efetiva participação, nossa presença nas direções e nas lutas”, lembra.

## MULHER EDUCADORA, CIDADÃ DO MUNDO

Há mulheres educadoras de coragem, que ousam ir além dos conteúdos didáticos restritos às salas de aula. Elas, com a arte de ensinar, moldam uma nova sociedade, livre e justa, levando o debate da igualdade e o enfrentamento da violência na escola e onde for preciso. Em reconhecimento a essa dedicação, o Sinpro-DF instituiu o Prêmio Mulher Educadora, Cidadã do Mundo, hoje, em sua terceira edição.

# Educadoras construindo a igualdade de gênero



# ESTADO LAICO: UM CAMINHO PARA A PAZ SOCIAL

*Acabar com a perseguição religiosa e os crimes resultantes da intolerância é um dos grandes desafios do Estado e da sociedade brasileira. Educação e sindicato andam juntos para erradicar todo tipo de violência*

Por Luis Ricardo Machado

Há cerca de 4 anos, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação para retirar a frase “Deus seja louvado” das cédulas do real. O MPF alegou ser uma ofensa ao princípio do Estado laico definido na Constituição Federal. Disse que, apesar de o preâmbulo da Carta Magna aludir a Deus, o texto veta a união entre Estado e religião: fere o inciso I do artigo 19 da Constituição. O ordenamento jurídico brasileiro segue o mesmo princípio.

O Estado teocrático é um modelo de governo em que justificativas de natureza religiosa

orientam a formação do poder instituído, em que o chefe político é visto como representante direto de alguma divindade ou assume a condição de divindade encarnada. Esse modelo já foi superado pela civilização ocidental.

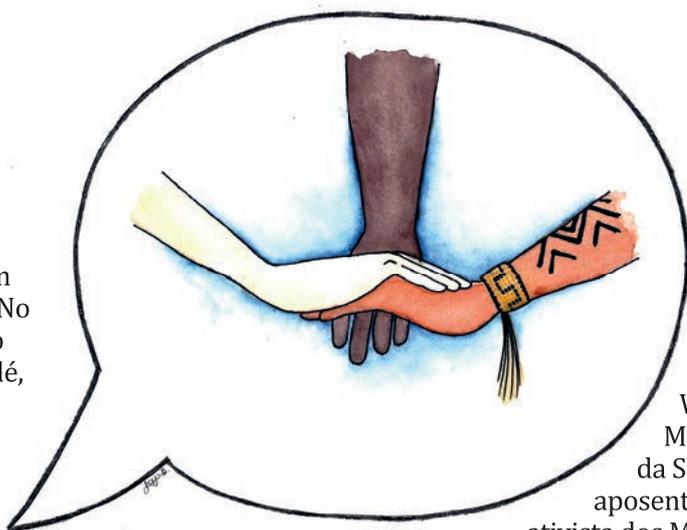
Um dos principais prejuízos é a adoção oficial de dogmas religiosos, impondo uma moral única, com espaço para a perseguição religiosa e inviabilização de qualquer projeto de sociedade aberta, pluralista e democrática.

Há pouco mais de um ano, uma menina de 11 anos foi atingida por uma pedra na Avenida Meriti, na Vila da Penha, Zona Norte do Rio,

*Mulheres negras marcharam na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, contra a violência e em defesa do direito ao culto em suas religiões de ancestralidade africana*



quando voltava de um culto de Candomblé. No fim do ano de 2015, o terreiro de Candomblé, Casa da Mãe Baiana, localizado no Lago Norte, foi incendiado de forma criminosa.



dessas religiões em sala de aula.

Na opinião de Waldicéia de Moraes Teixeira da Silva, professora aposentada, pastora e ativista dos Movimentos Social

Mais recentemente, as imagens de orixás na Praça dos Orixás, na Prainha do Lago Sul, foram incendiadas. Mãe Baiana, representante de religião de matriz africana e integrante da Casa da Mãe Baiana, afirma que a intolerância é um problema sistemático em nossa sociedade. “As pessoas precisam respeitar a diversidade porque o homem foi feito com seu pedaço, seu canto, sua religiosidade, sua fé e ninguém é obrigado a concertar ninguém”, afirma.

### ESCOLA: LOCAL DA DIVERSIDADE

Apesar de a Constituição assegurar aos brasileiros um Estado laico, nas eleições de 2014, um grande número de religiosos foi eleito para a Câmara dos Deputados e Senado Federal. O resultado é uma série de retrocessos na luta pela emancipação social, na igualdade de gênero, nos direitos humanos, raciais e LGBT.

A bancada religiosa do Congresso Nacional, associada aos empresários da educação, quer aprovar leis que instituem a mordaza nas escolas. O projeto Escola sem Partido, que limita o conhecimento a ser oferecido nas escolas, proíbe o pensamento crítico e privatiza a escola pública, é apoiado pela bancada religiosa.

Estudos constatam que a intolerância religiosa se manifesta na violência física, assédio moral, *bullying*, humilhações e no isolamento social de estudantes. É motivo de negação da identidade religiosa em razão do medo das represálias. A perseguição religiosa é razão de afastamento de profissionais de educação ligados às religiões de matriz africana e de demissão de educadores (as) que abordaram conteúdos

Negro e Religioso do Distrito Federal, a escola pública não pode ficar alheia a este debate. “Precisamos ter conteúdo didático, mostrar a história de cada religião sem conteúdo proselitista. Sem a diversidade, continuaremos convivendo com a violência do racismo, a intolerância e o preconceito. Ou investimos na história das religiões ou vamos perder essa batalha”, analisa a pastora.

O Sinpro-DF reforça o debate em respeito à tolerância nas escolas públicas. É por isso que a diretoria colegiada do sindicato defende a laicidade do Estado. “O Estado não pode ser neutro nem imparcial em relação à violência gerada pela falta de respeito às diferentes crenças e religiões. A laicidade tem relação direta com a diversidade dos direitos humanos fundamentais da pessoa, como a liberdade de expressão, de crença e não crença, a diversidade étnico-racial, de orientação sexual, igualdade de gênero”, enfatiza Delzair Amâncio, diretora de Raça e Sexualidade do Sinpro-DF.

A Secretaria de Raça e Sexualidade tem investido em políticas de formação dos professores nessa temática. No último Congresso de Educação, em 2015, lançou o Caderno orientando como trabalhar a Lei nº 10.639/03. Atua também com o Ciclo de Debates Étnico-Racial e da Diversidade, que ocorre nas escolas em horários da coordenação pedagógica. Participa de campanhas de combate ao racismo, à lesbofobia, transfobia, homofobia, LGBTfobia. Este ano aderiu à campanha Abraço Negro, lançada em março, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

# TEMPO PARA SI

*“Sempre chega o momento  
De sacudir, de investir, de traduzir”*

Para começo de conversa, tempo é uma palavra masculina, aparentemente machista, porque está sempre me dizendo o que devo fazer. Vou reagir como feminista que sou. Criei o reinado das horas, as donas do tempo. Estou totalmente interessada em produzir um tempo para que eu possa existir além das circunstâncias.

Agora, por exemplo, quero horas suficientes para o meu bem-estar. Ora, por quê? Desejo e realizo, assim será na corte das minhas horas. Axé. Quero ser e estar bonita, embora os espelhos eurocêtricos insistam em dizer que estou fora dos padrões. Terei prazer em criar novos espelhos com os cacos dos espelhos tortos. Sou linda.

Meus cabelos estão mais poderosos nessa nova perspectiva, crespos e afirmativos, sou dona da minha vontade. Quando quiser amar, marcarei na minha agenda: hora de amar. Não pensem que estarei esperando por alguém para realizar os meus desejos, ledo engano. Eu vou à luta, tenho muito amor para dar. Na lei do universo, que conspira a meu favor, vou conseguir. Um amor do meu jeito, a partir do ponto de vista dos meus orgasmos múltiplos, distante dos jogos, da indiferença. Amor com flores na mão e cheiro bom de um homem que faça jus a sua humanidade.

Não estou interessada em simpatias para conquistar alguém. Esse tempo já passou. Não corro atrás, olha, já estou à frente! Imaginem se eu iria pedir a qualquer santo do sexo masculino a solução dos meus problemas amorosos? Como é que um homem, mesmo um santo, vai entender as demandas femininas? Somos únicas! Creio que ele pode fazer com que aprendamos a olhar mais pra dentro, a gostar mais de nós mesmas, o resto é por nossa conta. “Meu corpo minhas leis”. Decreto: A partir de hoje, as horas serão totalmente favoráveis

para que eu possa colocar os meus desejos em prática, assumindo a identidade sem tabus, vivendo uma sexualidade plena, fruto de uma subjetividade auto-sustentável.

Estou rindo aqui, mas é isso mesmo, imaginem que estou dizendo em alto e bom som: proclamo o direito a uma vida emocional autossustentável, que não cause danos a ninguém, capaz de ser feliz, sendo suficiente para suprir as próprias necessidades no exercício daquele nosso tão conhecido, o amor próprio. O planeta agradece.

Tudo isso porque não enxergo mais o mundo através dos olhos de alguém. Não sou refém do tempo, ele que mande um convite, talvez caiba nas minhas horas. Não estou fútil, nada disso, tenho um posicionamento útil acima de tudo. Sou a heroína do meu lar, a rainha da rotina, a matriarca amada, a profissional de sucesso, a inventora de padrões de sensualidade a gerir o meu próprio corpo, amo minhas curvas, minhas imperfeições, afinal, as horas estão passando e preciso estar além do tempo nessa existência lembram? Sou política, sou inventora, sou cuidadora, culinária, extraordinária. Precisa mais? Sou mulher. Seis letras que fazem parte de um poderoso mantra de libertação, cura e prosperidade.



*Cristiane Sobral é carioca e vive em Brasília. É escritora, atriz e professora. Coordenadora de Diversidade na UNIEB/NB. Imortal cadeira 34 da Academia de Letras do Brasil. Publicou “Espelhos, Miradouros, Dialéticas da Percepção”, contos, e na poesia “Não vou mais lavar os pratos”, e “Só por hoje vou deixar meu cabelo em paz”.*



# SEM EXPRESSÃO NÃO HÁ DEMOCRACIA.

NÃO À LEI DA MORDAÇA. MORDAÇA É GOLPE!



# CAMPANHA ABRAÇO NEGRO

## 21 DE MARÇO A 20 DE NOVEMBRO

MAIS INFORMAÇÕES NO SITE  
[WWW.SINPRODF.ORG.BR](http://WWW.SINPRODF.ORG.BR)

